

Corpo político e crítica decolonial: a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas¹

Resumo

O texto está inscrito no contexto da 1ª Marcha das Mulheres indígenas, ocorrida em agosto de 2019, na cidade de Brasília/DF, e se propõe uma análise crítica decolonial à violência de gênero e étnica que as mulheres indígenas experienciam. Analisa discursos construídos por mídias tradicionais e alternativas, bem como, entrevistas dadas por mulheres indígenas que participaram desse movimento. A Marcha foi o local que promoveu uma fissura, que está aberta, e revela a fortaleza das mulheres indígenas como um dos principais movimentos sociais que questionam e mantêm a crítica, elementos essenciais para a democracia.

Palavras-chave: Mulheres indígenas. Primeira Marcha das Mulheres Indígenas. Representação. Narrativa decolonial.

Mariana Wiecko Volkmer de Castilho

Doutoranda em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas - PPGECsA/UnB e bolsista CAPES.
Brasil
vcastilhobr@yahoo.com.br

Sílvia Guimarães

Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília - UnB. Professora da Universidade de Brasília - UnB.
Brasil
guimaraes.silvia@gmail.com

Para citar este artigo:

CASTILHO, Mariana Wiecko Volkmer de; GUIMARÃES, Sílvia. Corpo político e crítica decolonial: a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas. **PerCursos**, Florianópolis, v. 22, n.48, p. 319 - 353, jan./abr. 2021.

DOI: 10.5965/1984724622482021319

<http://dx.doi.org/10.5965/1984724622482021319>

¹ Agradecemos às mulheres indígenas que colaboraram com suas vozes e agências para que este texto fosse publicado e que nos inspiram por mundos possíveis mais acolhedores, dignos e justos.

Political body and decolonial criticism: the 1st March of Indigenous Women

Abstract

The text is inscribed in the context of the 1st Indigenous Women's March, held in August 2019 in the city of Brasília/DF, and proposes a decolonial critical analysis of the gender and ethnic violence that indigenous women undergo. It analyzes discourses constructed by traditional and alternative media and interviews given by indigenous women who participated in this movement. The March was the place that promoted a fissure, which is open and reveals the strength of indigenous women as one of the leading social movements that question and maintain criticism, essential elements for democracy.

Keywords: Indigenous women. 1st March of Indigenous Women. Representation. Decolonial narrative.

Introdução

No Brasil, as mulheres indígenas consolidam movimentos e envolvimento que correlacionam questões de ordem pública com questões domésticas, de ordem privada (SACCHI; GRAMKOW, 2012). Buscam entrelaçar nuances da vida cotidiana local, da roça, da produção de alimentos, do cuidado com os/as filhos/as entre outras pessoas, ao mesmo tempo em que estão na arena de debate sobre território, direitos educacionais e sanitários. Esse movimento, entre a micro vida social e a macro vida das relações de desigualdade e usurpação de seus territórios, revela formas de se colocar como mulher, em contextos de opressão, que requerem a atuação conjunta dessas mulheres com todo o coletivo do qual fazem parte, e para além desses coletivos, travando alianças. Assim, elas quebram hierarquias impostas e divisoras de espaços e temporalidades, como a de público e privado. Explodindo tais dicotomias, elas produzem uma política do cotidiano que se potencializa por outras arenas. Estão no denominado espaço público, imposto por estruturas colonizadoras, que as associam ao universo dos homens e exclui as mulheres, como também ‘fazedoras’ de política. Nesse movimento, essas mulheres criam práticas e narrativas decoloniais sobre a hierarquia subjugadora de gêneros e sobre o racismo.

Na esteira do pensamento de Colling (2004, p. 1) que afirma: “trabalhar com a história das mulheres, pressupõe o domínio de categorias analíticas de gênero, classe, raça e geração – para o entendimento das relações de gênero, perpassadas por relações de poder”, este artigo se propõe retratar o gênero passando pela discussão de etnia e todas as implicações de ser indígena e mulher, no Brasil. Por conseguinte, busca focar no enfrentamento de práticas e narrativas hegemônicas sobre gênero e etnia. Ainda, de acordo com Colling, “as representações da mulher atravessaram os tempos e estabeleceram o pensamento simbólico da diferença entre os sexos, hierarquizando a diferença, transformando-a em desigualdade” (COLLING, 2004, p. 1). Complementando o argumento da autora, essas representações de gênero atravessaram também o espaço e foram atuantes nas colônias.

Nessa mesma perspectiva, a acadêmica, ativista queer, chicana², lésbica, escritora e poeta, Gloria Anzaldúa, também soma à discussão trazida por esse movimento contemporâneo das mulheres indígenas no Brasil, ao confrontar os paradigmas da produção de conhecimento, afirmando que o campo social está interseccionado por várias camadas de subordinação que não podem ser reduzidas unicamente à questão de gênero. Cruza mundos e identidades. Nos marcadores sociais de gênero, de raça e de etnia estão práticas opressoras baseadas em uma ideia de classificação hierárquica da humanidade (ANZALDÚA, 2000).

Assim como Anzaldúa, o movimento de mulheres indígenas busca trazer vozes dissonantes além de desafiar a linearidade da narrativa ocidental. Esse movimento articula, simultaneamente, política identitária e política de alianças. Formar alianças é um processo que requer estratégias flexíveis e transitórias, históricas, contingentes a cada circunstância específica. Enfatiza a necessidade de se manter uma perspectiva de alianças sem perder de vista a especificidade histórica de cada instância de luta. A autora busca romper com todas as tradições opressoras e documentar a luta (ANZALDÚA, 2005) de modo semelhante à história concentrada na 1ª Marcha das Mulheres Indígenas e às alianças produzidas nesse movimento.

Situamos o movimento social da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas como afrontando essas narrativas e práticas hegemônicas. Se refere a um movimento social que se distancia do formato de “organizações indígenas”, descritos por Oliveira (2016), como voltado para a gestão de recursos ou envolvido em projetos de desenvolvimento ou processos políticos de mediação. No entanto, aproxima-se do que Gohn (1997) define como movimentos sociais, os quais surgem nas tensões existentes na sociedade, que buscam por mudanças e visam a necessidade de transformação. Nesse sentido, mulheres indígenas, de diversas etnias, se reuniram no 15º Acampamento Terra Livre e realizaram uma grande plenária quando planejaram a primeira 1ª Marcha das Mulheres Indígenas

² Numa acepção restrita, o termo chicana/o designa as/os cidadãs/aos hispânicas/os com raízes mexicanas, que vivem nos Estados Unidos. Segundo Lobo (2015, p. 39), “a cultura chicana germinou na década de 1960 com *El Movimiento* – a luta dos chicanos pela autodeterminação e autodefinição na sociedade americana dominante. Inicialmente contendo uma conotação pejorativa, usada como insulto para estereotipar mexicanos pobres, a designação de ‘chicano’ foi reformulada para representar a especificidade deste povo, como forma de resistência à assimilação na cultura anglo-americana”.

com o tema “Território, nosso corpo, nosso espírito”, tendo como tema central a defesa da “mãe de todas as lutas, o território”.

Ao enfatizar o território, essa mobilização das mulheres indígenas estava voltada para temáticas como soberania alimentar, questões relativas aos rios, à mata, e à presença de grandes projetos desenvolvimentistas em suas vidas; assim como a luta contra um patriarcado que insere a violência em seus corpos e seus territórios. Por conseguinte, esse movimento social das mulheres indígenas comporta uma realidade na qual elas atuam na complementaridade com os homens, o qual não está voltado para as mulheres enquanto indivíduos, mas para um coletivo que inclua pessoas, seres diversos, como habitantes da floresta ou do mundo invisível. A agenda é por um todo coletivo, e não por indivíduos, por um uno ou por uma única temática; mas falar de gênero é falar também contra o capital, contra a usurpação territorial e contra o racismo. Para as indígenas mulheres, ocupar posições de liderança é um desafio maior, pois o patriarcado está atrelado ao capital, tensionado sobre seus corpos, buscando silenciar suas vozes e experiências de vida.

Vale mencionar que a re-existência e luta indígena contra a colonização sempre aconteceu. Movimentos variados de contraposição foram uma constante ao longo desses mais de 500 anos, como afirma Bicalho (2011), ao enfatizar que a consciência para uma luta social sempre esteve presente. No caso deste trabalho, enfatizamos que os movimentos sociais indígenas se dinamizam, replicam e criam outras formas de ação. Para tanto, atuam no tempo cíclico das sociocosmologias ameríndias, que retoma histórias e vidas dos antepassados como uma constante fonte de inspiração para criação de novas estratégias. Valdelice Veron (2018), acadêmica e liderança Kaiowá, explica que uma das primeiras mulheres Kaiowá, a imortalizada e encantada *Jekoakui*, fez essa terra onde os Kaiowá vivem hoje. Essa mulher ancestral inspira com sua luta as mulheres Kaiowá de hoje com força e sabedoria. Por isso, de acordo com Valdelice Veron: “Hoje, nós, mulheres Kaiowá, gritamos ao mundo: Terra, Vida, Justiça e Demarcação!” (2018, p. 25).

O Movimento indígena como um todo se reinventou a partir das Assembleias indígenas, nos anos 1970, e se re-situou ao longo dos anos 1980, com a reabertura à

democracia e durante a Assembleia Nacional Constituinte. Nos anos 1990, acentuou-se o protagonismo das associações indígenas na luta pelos seus direitos. Eram muitas e variadas, apresentando desenhos de uma nova configuração, a partir dos múltiplos olhares indígenas. E as mulheres indígenas estavam presentes, à sua maneira, nesses movimentos, vivenciando os espaços de interlocução que, por vezes, forçavam seu silenciamento. Valdelice Veron (2018) retrata como homens brancos, muitas vezes aliados dos povos indígenas, entravam no território Kaiowá e tinham pouco interesse em ouvir as mulheres indígenas, mas essas faziam seus comentários e estavam na escuta ativa e na interlocução com os homens Kaiowá, falando na língua Kaiowá, incompreensível para esses homens brancos.

Os movimentos de mulheres indígenas, no Brasil, passaram por reconfigurações nos últimos anos com a criação de associações específicas, revelando a criatividade de novas estratégias de luta. As primeiras associações nasceram no final da década de 1980 e meados da década de 1990, como Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN) e a Associação das Mulheres Indígenas de Taracará, Rio Uaupés e Tiquié (AMITRUT). Num primeiro momento, Sacchi (2006) chama a atenção para a influência de setores como a Igreja Católica, na criação dessas como a Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (OMIR). Nos anos 2000, a agenda internacional fomentou questões de gênero, permitindo que essas organizações se fortalecessem mais ainda. Além de participarem das associações, as mulheres indígenas têm ocupado cargos governamentais, contribuindo em projetos para suas comunidades e elaborado ações a partir do governo. Também, têm se candidatado a cargos públicos, como o de vice-presidente da República, deputada e vereadora.

Reunidas em associações, surgem lutas por problemas comuns às comunidades em um país como o Brasil, marcado por desigualdade social, racismo estruturante, entre outros conflitos e problemas sociais. Assim, elas se voltam para demandas por terra e direitos básicos. E, também, para questões específicas de gênero, como criação dos filhos, participação feminina nos espaços públicos, violência contra mulheres, soberania alimentar e capacitação de mulheres indígenas. Incluem ainda em suas pautas questões voltadas a perspectivas culturais (MATTOS, 2012). São muitas e múltiplas as formas do

movimento das mulheres indígenas se apresentarem. Elas formulam uma nova epistemologia, a partir de novas narrativas e práticas que subvertem poderes hegemônicos, e permitem uma nova leitura de teorias sociais sobre o mundo.

Essas mulheres acabam por produzir conhecimentos sobre o mundo que as rodeia. Elas se ajustam, conduzem e se localizam física ou intelectualmente, identificam e se propõem a resolver problemas que a elas se impõem. As associações dessas mulheres são respostas a essas imposições, que convergem e divergem, atuando intensamente em uma luta comum contra o racismo. Diante desse cenário, dos movimentos sociais dinamizados por mulheres indígenas, este artigo pretende tratar, especialmente, da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas como uma crítica decolonial à violência de gênero e étnica que experienciam.

Para tanto, visa refletir sobre imagens e discursos construídos sobre a Marcha em reportagens selecionadas de mídias tradicionais e alternativas, bem como entrevistas dadas por mulheres indígenas que dela participaram. Pretende, ainda, compreender a produção dessa crítica decolonial por meio desse movimento que segue da imposição colonial a sua confrontação. Nos termos de Quijano (2005), a colonialidade se refere a relações dinamizadas pela modernidade eurocêntrica na imposição do sistema mundo, baseado no capital e na racialização do mundo. Na crítica decolonial, essas mulheres afrontam a colonialidade de gênero, a forma como o patriarcado impõe a hierarquia e subordinação violenta na relação entre os gêneros (SEGATO, 2016). Inspiradas no trabalho de Rita Segato, buscamos seguir as trilhas da fissura aberta contra a colonialidade. Entendemos a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas como um desses espaços de fissura.

Sobre a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas: abordando o movimento

Permitam-nos as/os leitoras/es que nos situemos. Nosso lugar de fala é de mulheres, mães, brancas, acadêmicas e sujeitas políticas de conhecimento e companheiras de processos sociais e políticos coletivos. Inspiradas em Haraway (1995), buscamos observar/ver e escutar desde um lugar limitado e, às vezes, falho, onde temos

nossos pés enraizados e (re)construímos nosso conhecimento, situado e corporificado, a partir de uma rede de conexões e partilhas epistemológicas. Nos rotular é mostrar, como fazia Anzaldúa (2000), todas as outras pessoas existentes dentro de si. Que essas outras pessoas não sejam apagadas, omitidas, nos lembrem de quem somos, nossos privilégios, o que representa nossa presença nas partilhas com coletivos de mulheres indígenas e como queremos estar (junto) com as demandas dessas mulheres, que devem ser de todos. Esse artigo pretende ser construído e reflexionado a partir das agências e vozes de mulheres indígenas na 1ª Marcha de Mulheres indígenas.

A 1ª Marcha das Mulheres Indígenas aconteceu em Brasília/DF, durante o 1º Fórum Nacional de Mulheres Indígenas, realizado entre os dias 9 e 14 de agosto de 2019, que teve como local de irradiação o Espaço da Funarte. O evento contou com a presença de aproximadamente 2.500 mulheres, de mais de 100 povos indígenas, vindas de 22 estados da federação, de todas as regiões do país. A Marcha foi organizada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)³ e contou com a força direta das indígenas mulheres na mobilização, nas bases, a partir das associações de mulheres e /ou individualmente, no boca a boca, em reuniões e assembleias nas aldeias, e pelo radioamador, quando estar fisicamente presente não era possível.

Com o lema: “Território: nosso corpo, nosso espírito”, o objetivo da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas foi

dar visibilidade às ações das mulheres indígenas do Brasil, discutindo questões inerentes às suas diversas realidades, reconhecendo e fortalecendo os seus protagonismos e capacidades na defesa e na garantia dos direitos humanos aos povos indígenas, em especial o cuidado com a mãe terra, com o território, com o corpo e com o espírito. (MILANO, 2019, p. 1)

³ A APIB é uma associação nacional de entidades que representam os povos indígenas do Brasil. Nasceu durante o Acampamento Terra Livre (ATL), de 2005. Seus propósitos são: a) Fortalecer a união dos povos indígenas, a articulação entre as diferentes regiões e organizações indígenas do país; b) Unificar as lutas dos povos indígenas, a pauta de reivindicações e demandas e a política do movimento indígena; c) Mobilizar os povos e organizações indígenas do país contra as ameaças e agressões aos direitos indígenas.

Braulina Baniwa apresenta o perfil das mulheres que estiveram presentes no evento: “são mães, avós, filhas, netas, direto das comunidades e lideranças de mulheres de cada região”. Também estiveram presentes as deputadas indígenas Joênia Wapichana (Brasil), Encarnación Duchi (Equador) e Tânia Pariona (Peru), conectadas à Aliança de Parlamentares Indígenas da América Latina⁴; bem como outras lideranças latino-americanas de México, Panamá, Honduras, Costa Rica e Belize.

Das rodas de conversas e plenárias, muitas demandas e reivindicações das mulheres indígenas não foram retratadas pela mídia com o devido cuidado e/ou o devido valor. Daí o interesse em investigar como as mídias, tradicional e alternativa, trataram a Marcha e até que ponto as demandas e reivindicações políticas foram incluídas nessas reportagens. E as que não foram, por qual razão? Acreditamos que o imaginário colonial se faz presente em alguns desses contextos, dialogam com as bases do capitalismo e patriarcado que violentam seus territórios.

Assim, foram feitas buscas, na Plataforma Google, das reportagens sobre a Marcha. Nos jornais e revistas digitais nacionais, verificou-se muita repetição de textos. Além disso, foram poucas mídias que veicularam notícias sobre a Marcha em si, ocorrida no dia 13 de agosto. Optou-se, da mídia tradicional, pelas reportagens dos jornais Correio Braziliense, Folha de São Paulo e Revista Exame. Das mídias alternativas, Portal Catarinas, Brasil de Fato e Nexó; a primeira porque privilegia os temas de gênero e as outras dedicam-se a temas gerais.

Quanto às mulheres, foram entrevistadas, pessoalmente ou por *e-mail*, Joênia Wapichana (deputada federal pelo estado de Roraima); Ana Terra Yawalapiti (líderança do Movimento de mulheres do Xingu); Braulina Baniwa (antropóloga e representante do Coletivo de mulheres estudantes indígenas); Cris Julião (geógrafa, representante da Organização Indígena Tronco Velho Pankararu – TVP; Articulação das Organizações

⁴ A Aliança nasceu durante o 1º Encuentro Internacional de Parlamentárias Indígenas de América Latina, em junho de 2019, em Lima/Peru, com o tema: “Mujeres indígenas luchando contra las violências”. A Aliança é composta por oito mulheres parlamentares de Peru, México, Equador, Bolívia, Brasil, Guatemala, Honduras e Panamá. Há possibilidade de ampliar para participação de parlamentares indígenas de outras regiões do mundo, como Austrália, Nova Zelândia, EUA. O objetivo da Aliança é "promover ações de articulação e coordenação destinadas ao cumprimento da agenda de povos e mulheres indígenas" (COMISSION DE MUJER Y FAMILIA, 2019).

Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME e Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB), Nayra Paye (estudante de geografia da UnB e atualmente presidente da Associação dos Acadêmicos Indígenas da Universidade de Brasília – AAIUnB). Outras falas são trazidas a partir de vídeos realizados por mídias alternativas, como Mídia Ninja e Jornalistas Livres durante o evento da Marcha.

Podemos afirmar que a Marcha das Mulheres Indígenas, assim como tantos outros “corpos reunidos em assembleia”, para usar os termos de Judith Butler (2018) – no Brasil e no Mundo (Praça Tahrir - Cairo, Parque Gezi - Turquia, Wall Street - EUA) –, são uma “forma plural de performatividade” (BUTLER, 2018, p. 14), marcada por persistência e resistência. São corpos em aliança contestatórios representados por assembleias, vigílias, marchas, ocupação de espaços públicos, cujos objetivos variam, indo desde reivindicações de direitos à saúde, à educação, ao território, à soberania alimentar, à moradia, ao aborto; oposição a governos despóticos; lutas anti-racistas como “vidas negras importam”; até lutas contra ações que produzem mudanças climáticas etc. Esses corpos se juntam nas ruas, nas praças e em outras formas de espaço público (incluindo os virtuais, neste momento de pandemia da Covid-19⁵). Estão exercendo um “direito plural e performativo de aparecer” [...] (BUTLER, 2018, p. 17), de serem vistos e ouvidos, enfim tornarem-se visíveis. Butler afirma que o corpo em si constitui “uma reivindicação por poder se unir e reunir e de fazê-lo livremente, sem medo da violência policial ou da censura política” (BUTLER, 2018, p. 23).

São corpos “precários” porque são excluídos pelo poder e dispensáveis para a sociedade e, ao se reunirem em assembleias, gritam que não são descartáveis, estão “reivindicando reconhecimento e valorização, reivindicando uma vida que possa ser vivida” (BUTLER, 2018, p. 33). Os corpos em aliança conçoem lutas coletivas de resistência que não são apenas de um grupo específico; constroem alianças políticas que podem envolver diferentes pautas, espectros e corpos. Butler (2018) chama atenção para o fato de que os corpos em aliança precisam de condições de infraestrutura para aparecer, bem como de meios tecnológicos para capturar e transmitir essas assembleias.

⁵ Covid-19 é o nome dado à doença respiratória causada por um novo tipo de coronavírus identificado pela primeira vez em Wuhan (China), em dezembro de 2019, e que, rapidamente se espalhou por todo o mundo, configurando-se uma pandemia.

No caso da Marcha das Mulheres Indígenas, elas necessitaram de carro de som, da polícia para fechar o trânsito e dar passagem a milhares de pessoas, da mídia para transmitir – através de imagem e som – as reivindicações das mulheres (o que será apresentado no item a seguir).

A Marcha nos discursos midiáticos

Nas reportagens midiáticas circularam imagens e discursos, muitos deles reforçando estereótipos e estigmas presentes no imaginário social que sustenta o sistema mundo racista (QUIJANO, 2005). No Brasil, apesar de existirem 305 povos indígenas e 274 línguas indígenas faladas (IBGE, 2010), essas pessoas são, frequentemente, tomadas a partir de um imaginário invariável, genérico e simplificado – Índios – e estereotipadas⁶. Essa generalização fala da diversidade desses povos, de modos de viver, falar, manejar as florestas, produzir conhecimento como se fosse um todo homogêneo, fechado, cristalizado e atrasado. Existem muitos silêncios impostos em torno de suas vidas, presentes e passadas, em busca de seu extermínio.

Ainda hoje, o Estado e a mídia nacional tentam silenciar e invisibilizar os povos indígenas. A mídia exerce um papel fundamental na (re)produção dos estereótipos das identidades no “mundo ocidental”. Os meios de comunicação idealizam os povos indígenas e ignoram as suas existências reais, auxiliando na perpetuação do racismo e na produção de poderes hegemônicos.

Essas representações expressam ideias sobre o “Outro-Índio”, desumanizado, carecido de civilização e que deve ser pacificado na falsa democracia racial. Segundo Sueli Carneiro (2005), esse projeto da branquitude deseja universalizar ao mesmo tempo em que liberta o indivíduo branco para viver em suas múltiplas formas, permitindo ao branco expressar sua diversidade. Por outro lado, seguindo o argumento da autora, ao particularizar os povos indígenas na categoria de Índios, por exemplo, aprisiona esses indivíduos. Essas pessoas são reduzidas a suas particularidades, aprisionadas em suas

⁶ Segundo dados do CENSO 2010, são 896.000 indígenas, dos quais 448 mil são mulheres.

identidades que são impostas e, não sendo permitido viver livremente a diversidade, passam a ter seu estatuto rebaixado pelo Eu hegemônico do branco.

Desde o período colonial, os indígenas são vistos mediante três perspectivas sociais distintas: (i) visão romântica, concebendo-os como ligados à natureza, protetores das florestas, ingênuos, pouco capazes ou incapazes de compreender o mundo ‘branco’ com suas regras e valores; (ii) visão negativa, do índio cruel, bárbaro, canibal, selvagem, preguiçoso, traiçoeiro, que precisa ser conquistado, cristianizado e educado para apagar essa diferença; ou, primitivo, inferiorizado, infantilizado, que precisa ser tutelado, protegido e incorporado à sociedade nacional (LUCIANO, 2006). É uma visão limitada e discriminatória, permeada por uma visão evolucionista da história das culturas e que considera os povos indígenas como culturas em estágios inferiores, cuja única perspectiva é a integração e a assimilação à sociedade nacional (LUCIANO, 2006). Ambas as ideias do ‘outro’ existiram e ainda existem, e implicam em dominação, exclusão e violência, física ou simbólica e os colocam em relações desiguais de poder.

O contra-movimento, que abriu uma das fissuras decoloniais – vale enfatizar que foram várias abertas desde o início da colonização –, foi produzido pelas organizações indígenas que provocaram uma mudança constitucional, e uma nova representação (iii), mais recente e positiva, que concebe os povos indígenas como sujeitos de direitos e, portanto, de cidadania. A Constituição Federal de 1988 assegurou⁷:

i) superação da tutela, reconhecendo a capacidade civil dos índios; ii) abandono do pressuposto integracionista, em favor do reconhecimento do direito à diferença sociocultural dos povos indígenas [...]; iii) reconhecimento da autonomia societária dos povos indígenas, garantindo para isso o direito ao território, à cultura, à educação, à saúde, ao desenvolvimento econômico, de acordo com seus projetos coletivos presentes e futuros; reconhecimento do direito à cidadania híbrida: étnica, nacional e global. (LUCIANO, 2007, p. 206-207)

⁷ Importante salientar a participação indígena na Assembleia Constituinte de 1987, que deu origem à Carta Magna de 1988.

Durante a Marcha, diferentes mídias e fotógrafos exibiram imagens de uma multidão de corpos femininos ornamentados, portando adereços e instrumentos como cocares, maracás ou carregando seus filhos, mas também sustentando faixas e cartazes, com os quais percorreram o eixo Monumental, passando pela Esplanada dos Ministérios, até chegar ao Congresso Nacional.

Além da mídia tradicional e alternativa, uma parte considerável de pessoas acompanhou a Marcha, entre militantes e simpatizantes, como as autoras deste artigo, registrando os acontecimentos vivenciados no percurso, e difundiu nas redes sociais, como *facebook*, *instagram*, *whatsapp*. Porém, o grande fluxo de informações que é transmitido e consumido diariamente, provém de visões dominantes, propiciando pensamentos uniformes, a partir da imposição de símbolos e mitos facilmente particularizados, o que reduz as possibilidades de expressões vividas (NORONHA, 2017, p. 44).

Os discursos ou imagens sobre a Marcha das Mulheres Indígenas estão intimamente ligados às representações subjetivas e sociais construídas pelo Eu hegemônico, e a imprensa contribui para a sua simples reprodução, como consta nas reportagens. Assim, com o título “Veja fotos da 1ª Marcha de Mulheres Indígenas em protesto contra governo: Com o lema ‘Território: nosso corpo, nosso espírito’, manifestantes saíram em defesa da Amazônia e da demarcação de terras” (CERIONI, 2019), a reportagem da Revista Exame contém imagens e discursos. O discurso enfoca a Marcha como um protesto contra as políticas de educação e saúde do governo Bolsonaro e em defesa da Amazônia e da demarcação de terras indígenas; e prioriza a narrativa político-partidária, em detrimento das narrativas das mulheres indígenas, que, aparecem, preferencialmente, nas imagens.

A Revista Exame aborda, ainda, a ocupação do prédio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) por essas mulheres, cobrando melhorias nos serviços de saúde indígena. Apresenta o discurso do presidente Jair Bolsonaro, criticando a existência de terras indígenas e a vida dos indígenas como “animais em zoológicos” e empecilhos ao desenvolvimento econômico do país. Ao invés da reportagem amplificar a voz, as demandas e reivindicações das mulheres indígenas, as imagens chamam atenção para os

corpos femininos, exotizados, sexualizados; e a voz que aparece é a do Presidente Bolsonaro.⁸

O silenciamento das vozes femininas é parte constituinte da escolha do que será dito. É também por meio do silenciamento que as relações de poder emergem e significam, ou seja, silenciar é um ato de poder. Além de silenciadas, a história das mulheres tem sido contada por homens; no caso, trazer o discurso de Bolsonaro revela um dispositivo de racialização/biopoder, como informa Sueli Carneiro (2005), que enfatiza o uso desse dispositivo como promotor da subordinação racial e apaga a potência da fissura que estava sendo produzida.

O Correio Braziliense traz a reportagem “Índigenas e estudantes se unem em protesto contra as medidas do governo: Faixas com dizeres contra Bolsonaro, pela liberdade do ex-presidente Lula e com manifestações contra a reforma da Previdência se espalham pela Esplanada” (CALCAGNO, 2019). O título e a notícia em si trazem a Marcha como um protesto contra os cortes do governo Bolsonaro na educação básica e universitária e na reforma da previdência. Entretanto, dá visibilidade à fala de quatro jovens estudantes do Instituto Federal do Ceará, bem como a Luakan Anambé, do Pará. O foco, porém, não são as mulheres indígenas e suas demandas, e sim, o presidente.

Em “1ª Marcha, mulheres indígenas protestam contra governo Bolsonaro: O mote é 'Território: nosso corpo, nosso espírito'; Governo autorizou presença da Força Nacional”, (ZAREMBA, 2019), a Folha Uol, assim como as mídias anteriores, trouxe a marcha como protesto contra as políticas do governo Bolsonaro e as ações do Presidente tomam conta da cena. Apesar do título, a reportagem buscou esclarecer o objetivo da marcha e as atividades realizadas durante os dias do Fórum de Mulheres Indígenas, como a ocupação, pelas mulheres indígenas, do prédio SESAI, pela não municipalização da saúde indígena.

O jornal ainda deu espaço às falas das mulheres indígenas na defesa dos direitos de seus povos como direitos de existir, a demarcação de terras e a mineração em terras indígenas. Por exemplo, para Patrícia Kamayura, “a luta é coletiva e, lado a lado, com os

⁸ As imagens mostradas na revista podem ser acessadas em <https://exame.abril.com.br/brasil/fotos-em-1a-marcha-mulheres-indigenas-protestam-contra-governo-bolsonaro/>.

homens, na defesa dos direitos indígenas que foram assegurados em 1988, na Constituição Federal” (ZAREMBA, 2019).

A reportagem relatou o encontro de algumas representantes indígenas, com a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Carmem Lúcia, para tratar, dentre outras questões, do Marco Temporal – tese que enfraquece o direito à demarcação de terras para povos indígenas. Tal menção é importante por mostrar que mulheres indígenas foram recebidas em um espaço de poder. Por fim, a reportagem traz a imposição do medo e o controle das manifestações, ao mencionar a presença da Força Nacional.

“Em Brasília, ato contra cortes na Educação se soma à Marcha das Mulheres Indígenas: Manifestação ocupou Esplanada dos Ministérios na manhã desta terça (13), em que mais de 150 cidades se mobilizam” (TATEMOTO, 2019), notícia do Brasil de Fato – jornal de esquerda, lançado no Fórum Social Mundial de 2003 – trouxe a Marcha como um ato de protesto, em tom menor, contra os cortes de gastos na área de educação. Contudo, o título da reportagem não condiz com a narrativa, pois, o foco do protesto estava nos estudantes e profissionais da educação. A Marcha foi usada pelo jornalista para chamar atenção, por meio de imagens, para a reportagem. A imagem de mulheres segurando uma faixa com os dizeres: “Mulheres indígenas do Cerrado: ‘Território nosso corpo, nosso espírito’” (TATEMOTO, 2019, p. 1), abre a reportagem, na qual o jornalista não tece qualquer menção ao que está dito na faixa vermelha. A corporalidade indígena foi o mote folclórico para atrair olhares.

Em “A 1ª Marcha das Mulheres Indígenas: em defesa dos territórios e da educação”, no Portal de notícias Catarinas⁹ deu espaço para a narrativa de mulheres de diferentes povos indígenas sobre a Marcha. O texto é permeado por fotos e vídeos que visam apreender as falas e não apenas os corpos desnudos e pintados das mulheres. Seus nomes e os povos aos quais pertencem são mencionados. A América Latina foi invocada pela primeira vez. O texto apresenta os passos dados até a Marcha, de fato, acontecer. As narrativas femininas apontaram para discursos como união entre mulheres indígenas e não indígenas, levando em conta os conhecimentos, as culturas; a história de resistência;

⁹ Catarinas é um portal de jornalismo especializado em gênero, feminismos e direitos humanos.

a cosmovisão; a defesa do território; a discriminação e o racismo estrutural; a ocupação de espaços políticos; a preocupação com a mãe Terra etc.

Em “O que querem os movimentos de mulheres indígenas no Brasil: Marcha realizada em agosto de 2019 em Brasília reflete protagonismo que elas têm assumido na defesa dos direitos dos povos originários e o crescimento das pautas de gênero” (LIMA, 2019), o jornal digital independente Nexo¹⁰ trouxe uma reportagem extensa e o discurso voltado à visibilidade das pautas das mulheres indígenas. É a única notícia cujo título expõe, de fato, o que foi a Marcha na perspectiva das mulheres, não apenas um ato de protesto contra as políticas do governo federal. O discurso é próximo, cuidadoso e respeitoso, e valoriza a narrativa indígena.

A imagem da capa traz um grupo de mulheres indígenas em marcha, com vestimentas, pinturas e adereços, de braços dados, empunhando maracás e entoando cânticos e/ou palavras de ordem. A jornalista chama atenção para o lema – Território: nosso corpo, nosso espírito – que evoca o ser mulher nos territórios indígenas (LIMA, 2019). Ouve-se a voz de Sonia Guajajara, coordenadora executiva da APIB. Ela discorre sobre a importância do território, do corpo e do espírito. Território é o que garante a existência dos indígenas; o corpo das/dos indígenas é o que está em jogo, alvo da violência estatal e ruralista; o espírito é a identidade indígena, a conexão com a ancestralidade para seguir resistindo.

A jornalista pontuou as distintas ações empreendidas pelas mulheres indígenas entre os dias 9 e 14 de agosto. Afora isso, a reportagem trouxe importantes dados estatísticos que dizem respeito aos povos indígenas. Evoca as pautas da Marcha: direito à terra, à saúde indígena; à educação diferenciada e a valorização da tradição; e frear as políticas do governo Bolsonaro. Em outro ponto, LIMA (2019) registra a institucionalização política do movimento indígena feminino, nos anos 1980. Discorre também sobre as discussões e planejamento, em 2014, a partir do projeto Voz das

¹⁰ jornal digital, criado em 2015, “com o objetivo de trazer contexto às notícias e ampliar o acesso a dados e estatísticas” [...] busca contribuir para um “debate público qualificado e plural, e que seja capaz de fortalecer a democracia brasileira” (<https://www.nexojornal.com.br/sobre/Sobre-o-Nexo>).

Mulheres Indígenas, implementado pela ONU Mulheres; bem como sobre o ATL 2016¹¹, com a primeira plenária para discutir e validar a Pauta Nacional das Mulheres Indígenas, que deram origem à 1ª Marcha. Por fim, a reportagem questiona se existe um feminismo indígena e as questões que cada vez mais fazem parte do dia a dia das mulheres, quais sejam: direitos sexuais e reprodutivos das mulheres indígenas; violência contra a mulher e participação política (LIMA, 2019).

Uma boa parte das notícias das mídias, tradicionais ou não, qualificou, cada uma a seu estilo, umas mais outras menos, a 1ª Marcha como um protesto contra as políticas genocidas do governo Bolsonaro; e, assim, passaram a impressão errônea de que o Presidente era o foco central da Marcha, como se as demandas dos povos indígenas não dissessem respeito à sociedade brasileira como um todo. Trataram-nas como se estivessem à margem da sociedade e a garantia de seus direitos dependesse apenas do Presidente; deram pouco espaço às narrativas das mulheres indígenas e mais ênfase às análises e interpretações do que de fato foi a Marcha. Ao invés de apresentarem as demandas e reivindicações das mulheres indígenas, chamaram atenção para um discurso discriminador e estereotipado.

Para Colorado (2011, p. 55), algumas mídias costumam fazer uma interpretação superficial e insuficiente da realidade, sem questionar seu sentido mais profundo. A linguagem jornalística é usada para interpretar e apresentar a realidade. Contudo, alguns jornalistas, ao abordarem outras formas de viver, a partir de suas perspectivas, não aprofundam nesses outros modos de apreender a realidade. O discurso midiático de grandes veículos da imprensa se transformou em um mecanismo da ideologia dominante, hegemônica, e, conseqüentemente, da permanência da exclusão de “minorias”.

O mesmo autor (COLORADO, 2011) afirma que jornalistas devem estar cientes de sua linguagem e de como a utilizam, para encontrar as ideias e os valores profundos que são transmitidos na linguagem ou na maneira de se colocar no mundo. A linguagem

¹¹ É um tipo particular de mobilização indígena, de abrangência nacional e periodicidade anual, que ocorre desde 2003 e visa [...] reunir em grande assembleia lideranças dos povos e organizações indígenas de todas as regiões do Brasil para discutir e se posicionar sobre a violação dos direitos constitucionais e originários dos povos indígenas e das políticas anti-indígenas do Estado brasileiro (BONIN *et. al*, 2018, p. 220-221).

nunca é separada das ideias e das práticas. Em muitos casos, a linguagem jornalística não quer apreender a experiência vivenciada em sua totalidade, falam mais de si, colonizados pelo Eu hegemônico, trazendo apenas fragmentos desconexos do Outro. A maneira como jornalistas usam a linguagem, quando tratam de uma outra cultura, influencia diretamente o modo como os leitores / ouvintes / espectadores a entendem. A episteme de outras realidades do mundo, como a dos povos indígenas, não atinge a maioria dos meios de comunicação de massa. Pelo contrário, esses meios dominam a visão eurocêntrica, que se vê como uma cultura completa, homogênea, universal e hegemônica.

Algumas das imagens das mídias selecionadas mostram corpos femininos exotizados: desnudos ou não, pintados de urucum e jenipapo, em sua maioria jovens, com seus cocares e miçangas. Isso corrobora “o estereótipo do corpo da mulher indígena, reduzido ao imaginário da sexualidade do colonizador” (JULIÃO, 2019). Esse estereótipo é frequente também em livros didáticos, na programação televisiva e em obras literárias ou mesmo acadêmicas. Leia-se a interpretação de Sampaio sobre a obra do sociólogo Gilberto Freyre, para quem:

as mulheres indígenas contribuíram com sua cultura e desejos sexuais na formação da sociedade e da cultura do Brasil. Nesta interpretação da colonização do Brasil, as mulheres indígenas foram ditas pelo olhar eurocêntrico, androcêntrico, colonizador e patriarcal, que nega-as enquanto sujeitos, bem como generaliza as experiências e os diferentes papéis das mulheres nas sociedades nativas. (SAMPAIO, 2015, p. 7)

Para análise das mídias selecionadas, vale registrar os dizeres de Hall (2016, p. 144), de que “os ‘significados’ das fotografias não se encontram exclusivamente na imagem, mas na soma destas e dos textos. Assim, são necessários dois discursos – o da linguagem escrita e o da fotografia – para produzir e ‘fixar’ os significados”. Note-se que, de modo geral, as mulheres indígenas são representadas por meio de opostos, polarizados e binários – primitivo/civilizado, feio/atraente, repelente por ser diferente/cativante por ser estranho e exótico. Muitas vezes, são obrigadas a ser as duas coisas ao mesmo tempo.

As fotos carregam uma mensagem ou significado (conotação) não apenas sobre as pessoas ou o evento, mas também sobre a diferença que está marcada. Ela possui significado. De acordo com Hall (2016, p. 146), a forma como é interpretada é uma preocupação constante e recorrente na representação de pessoas racial e etnicamente diferentes da maioria da população. Soma-se à etnia e raça, a sexualidade, o gênero e a cor. E a racialização de grupos promovida para impor a subordinação racial se faz presente.

Nos corpos das mulheres indígenas se encontram olhares, o colonizador vê o primitivo, que deve ser civilizado; por sua vez, elas assumem a potência dessa corporalidade, que contém memória da luta pela vida. A mulher indígena corporifica tanto a história da violência contra os povos indígenas quanto a memória da re-existência. Como afirma Laura López (2016), para o corpo diaspórico das mulheres negras, quando essas produzem o movimento que segue do corpo colonial ao corpo decolonial, também os corpos das mulheres indígenas seguem o mesmo movimento, ganham dimensão de luta política, tornam-se locais privilegiados para visibilizar o corpo decolonial como re-existência, afirmando sua humanidade e se opondo à violência. A Marcha colocou no centro da luta o corpo da memória das mulheres indígenas, indo do corpo colonial ao corpo decolonial.

De acordo com Lélia Gonzales (1984), no jogo dialético entre consciência (lugar de ocultamento, do encobrimento e da alienação) e memória (o não-saber que conhece, uma história que não foi escrita, um lugar de emergência da verdade) explode a fissura; a Marcha das Mulheres Indígenas provocou tal explosão.

Construindo e vivendo a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas

A 1ª Marcha foi sendo gestada ao longo dos encontros das mulheres indígenas, de diversas etnias, no movimento indígena organizado no Acampamento Terra Livre (ATL). De acordo com Telma Taurepang, coordenadora da União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (UMIAB), em entrevista concedida à Mídia Ninja:

No ATL (Acampamento Terra Livre) de 2016, aconteceu a primeira plenária de mulheres indígenas. Aquele momento foi um marco histórico para nós mulheres. Esse reconhecimento da luta das mulheres, do nosso protagonismo dentro da Mobilização Nacional Indígena, dentro do país. Em 2017, surge a segunda plenária, em que foi homenageada nossa liderança Rosane Kaingang. Na sequência, em 2018, ocorreram três plenárias das mulheres indígenas. Então, isso impulsionou o coletivo, a voz das mulheres indígenas pra que realmente acontecesse a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas. Mas antes disso, lá em 2014, em Campo Grande, surgiu a discussão para que houvesse essa marcha. Esse grupo deu referência à voz das mulheres indígenas em um projeto dentro da ONU. Começaram lá as discussões e o planejamento para essa marcha que vai acontecer. Então essa é uma luta muito grande, em um contexto que vem há muito tempo sendo de muita resistência e que muitas das vezes nos deixam um pouco de lado, quando temos algumas organizações que não reconhecem ou que não nos veem dessa forma positiva dentro do próprio movimento indígena. (TAUREPANG, 2019)

No ATL de 2019, elas pensaram sobre o tema e alguns elementos em comum que as reuniam; e, ao mesmo tempo, traziam a importância de se pensar as demandas localizadas. Assim, o lema foi escolhido em uma plenária dinamizada por elas: “Território: nosso corpo, nosso espírito”.

No dia 13 de agosto de 2019, muito cedo, as mulheres se preparavam com suas vestimentas, adereços e pinturas corporais. Aos poucos, cantos são entoados e faixas são retiradas do interior das barracas. A Marcha mostrou a estética corporal e as preocupações externadas nas faixas e cartazes sobre o território, o corpo, a defesa dos direitos dos povos indígenas. As cores das faixas – preta e vermelha – e os dizeres “Sangue Indígena: nenhuma gota a mais”¹² chamam atenção para o genocídio que vivenciam e a luta de re-existência. Todas as imagens e signos carregam sentido e precisam ser interpretadas e relacionadas às demandas que estão no documento final da Marcha das Mulheres Indígenas.

Uma vez todas prontas, anciãs Guarani, de Mato Grosso do Sul, entoaram uma reza de proteção dando início à Marcha das Mulheres Indígenas. Então, por volta das

¹² Esse dizer tem sido o lema do ano de 2019 entre os povos indígenas em todas as mobilizações: Janeiro vermelho, Acampamento Terra Livre, Jornada Sangue Indígena.

7h30, mulheres de diferentes povos indígenas, com suas distintas linguagens¹³, deixaram o acampamento da Funarte, em direção ao Congresso Nacional, ao longo de 8 km, e durou cerca de quatro horas. A Marcha ocupou duas faixas da via e era acompanhada de perto pela Polícia Militar. Ao longo do trajeto, milhares de mulheres – jovens, crianças, maduras, idosas, mães que carregavam os filhos agarrados ao corpo – estavam com pinturas corporais, adereços e com vestimentas específicas dos seus povos. Andavam de braços dados, ora dançavam ora caminhavam, empunhavam maracás e entoavam cânticos, que reverberavam, do início ao fim, da marcha. Um caminhão de som, com algumas lideranças indígenas, animava a Marcha com palavras de ordem.

A Esplanada dos Ministérios é o espaço público de luta e de reivindicações por direitos dos corpos que são vistos como descartáveis. É aí onde estão os ministérios, o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal e o Palácio do Planalto, que simbolizam os três poderes: Executivo, Legislativo e o Judiciário.

O urucum foi um dos principais códigos compartilhados pelas mulheres. Elas fixaram sentido através do vermelho do urucum. Por um lado, significa o tempero da comida, a pintura corporal, a fabricação do corpo indígena, mas, por outro, o sangue derramado de indígenas. Essa representação foi pensada e experienciada a partir de manifestações no Brasil, em 31/1/2019, para chamar atenção sobre os assassinatos de indígenas. Possui uma função e força simbólica ao ser acoplado ao corpo das mulheres. O código fixa sentido, não a cor em si mesma. "Mesmo quando as palavras reais continuam estáveis, suas conotações mudam ou elas adquirem uma nova nuance" (HALL, 2016, p. 46). O sentido não é inerente às coisas, ele é construído, produzido. O corpo, com as pinturas de urucum, revela um corpo político, incorpora tanto as desigualdades sociais e violências quanto a história de luta. Fassin (2003) trata desse corpo político incorporando as estruturas sociais, que revelam continuidades no tempo, como o racismo, a violência e as memórias dos sofrimentos e das lutas. Ao mesmo tempo, memórias e narrativas no corpo, incorporadas, revelam a luta e re-existência ao colonialismo.

¹³ Como dito por Hall (2016, p. 37), "som, palavra, imagem ou objeto que funcionem como signos, que sejam capazes de carregar e expressar sentido e que estejam organizados com outros em um sistema, são, sob está ótica, 'uma linguagem'".

A 1ª Marcha das Mulheres Indígenas: pensamentos e ações

A Marcha significou abrir uma fissura na colonialidade e as distintas narrativas de mulheres indígenas que participaram da iniciativa revelam essa crítica decolonial. A colonização aponta sua violência, com mais ênfase, sobre mulheres, negras ou indígenas. Lélia Gonzales (1984) analisa que a narrativa hegemônica busca produzir sua consciência histórica, apagando outras narrativas. No caso das mulheres indígenas, essas sempre foram vistas como “um sujeito que não fala por si mesmo, não representa, não existe. Ou seja, trata-se de um sujeito que é falado, representado” (SILVA, 2018, p. 29). São inscritas em espaços sociais por meio de estereótipos e imaginários sócio-discursivos, fruto de interesses dominantes. No entanto, as mulheres indígenas corporificam sua memória, em um ritmo acelerado, e a Marcha explicita um corpo político, que impõe a história de luta e de vida comunitária dessas mulheres.

As mulheres indígenas possuem demandas que são próprias delas e querem ser ouvidas, querem mostrar que elas reexistem e se mantêm vivas, no território (e fora dele), com o coletivo. Não é uma luta por um gênero, mas por um território mantido por variados seres, das plantas, passando pelas águas dos rios e pela terra das roças às crianças nos ventres, ou seja, “falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de existir” [...] (RIBEIRO, 2017, p. 58). A autora afirma que todas as pessoas têm lugares de fala, que advêm de um lugar social; e que é a partir de uma escuta legitimada, de vozes de lugares distintos, que se faz reflexões sobre assuntos da sociedade.

As mulheres entrevistadas são jovens e mais velhas, solteiras ou casadas, mães, estudantes; lutam pela proteção e respeito aos direitos dos povos indígenas, estabelecidos pela Constituição Federal de 1988; participam de organizações indígenas em nível nacional, regional e local; são das regiões norte, centro-oeste e nordeste do país.

Para a pernambucana Cris Julião, a Marcha mostrou que as mulheres indígenas, estejam elas na cidade ou no campo, na universidade ou em órgãos públicos, têm “direito de ocupar, de participar e marcar presença”. A Marcha também é um instrumento para “mostrar a diversidade dos povos indígenas listados no Censo do IBGE. Os rostos de

mulheres não estão apenas conectados a corpos nus e pintados. Esses estereótipos precisam ser desconstruídos, e valorizar a presença da mulher indígena”.

Joênia Wapichana, primeira mulher indígena no parlamento brasileiro e a única representante dos povos indígenas nesta legislatura, afirma que a Marcha objetivou:

[...] mostrar que as mulheres indígenas estão à frente da luta pelos direitos [dos povos indígenas], são protagonistas. Estão escrevendo sua própria história, mostrando seu papel fundamental na defesa dos direitos dos povos indígenas; estão mostrando o desgoverno Bolsonaro; estão unidas; visibilizaram uma demanda que não é apenas dos povos indígenas como um todo, mas especialmente das mulheres indígenas. (CARVALHO, 2019)

Joênia relatou ainda que:

Muitas mulheres vieram até mim dizer que eu levava inspiração para elas, que eu era um incentivo a participação política, a participação das mulheres no movimento social [...] [enfim], eu representava a mulher politicamente empoderada [...]. É preciso valorizar as iniciativas das mulheres. Então, eu estava ali para encorajá-las, para não desistir da luta, para resistir e não desistir dos seus sonhos [...]. (CARVALHO, 2019)

Todas as falas acima são bastante significativas, pois, para uma mulher indígena, "tomar a palavra" é acessar um universo de discursos principalmente estabelecidos por regras masculinas, sancionados por um modelo de representação que alija o feminino como categoria inferior e secundária, especialmente se esse feminino é indígena (RICHARD, 1996).

Braulina Baniwa, mestranda em Antropologia Social e representante do Coletivo de Estudantes Mulheres Indígenas da UnB, possui uma larga trajetória no movimento indígena, e nos explicou parte de sua trajetória, que atua: “desde 1998 na minha comunidade, no Amazonas e a partir de 2003, na comunidade acadêmica, em Brasília”. Assim como Braulina, Nayra Paye Kaxuyana, falaram sobre a Marcha, tratando de sua importância para dar “visibilidade às mulheres” e, no caso delas, acadêmicas da UnB, na

visibilização das “demandas das mulheres indígenas nas universidades”. Braulina é firme ao dizer que a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas teve como objetivo “Gritar basta ao genocídio e violência contra as mulheres indígenas” (AURORA, 2019; KAXUYANA, 2019).

A liderança xinguana, Ana Terra Yawalapiti, relatou que os comentários das mulheres que vieram do Xingu para a Marcha foram positivos, apesar do cansaço físico de andar descalça e dançar um percurso longo até o Congresso Nacional. Nas palavras de Ana Terra,

Foi uma experiência muito nova, elas falaram que é uma mistura de sensações: de sofrimento, de alegria, de força, de luta. Oh, o que está acontecendo? A gente não conseguiu expressar realmente o que estava acontecendo. Foi muito bom, elas viram a união das mulheres, que isso era muito importante, principalmente as trocas de culturas, entre as diferentes etnias. As audiências e atividades realizadas. (YAWALAPITI, 2019)

Muitas mulheres que vieram participar da Marcha nunca estiveram em Brasília. Tudo era novo para elas: a cidade, as pessoas, os idiomas. Como lidar com tantas diferenças e semelhanças, ao mesmo tempo? Poderia ser uma pergunta difícil de responder, mas não para os povos indígenas; a abertura para o diálogo e compartilhamento são práticas essenciais da vida indígena, e se fizeram presentes, buscando os entendimentos sobre o que era o comum a todas e específico de algumas realidades.

Ana Terra revela uma dificuldade que diz respeito à língua. Grande parte das mulheres que vieram das aldeias do Xingu não falam português. Mesmo para Ana Terra, que já está no movimento há pelo menos 15 anos, o português ainda é uma barreira:

A língua de vocês é muito difícil. E, por isso, as reuniões são mais demoradas. Cada fala precisa ser traduzida para a língua materna para que elas possam entender. Não adianta falar em português. Algumas mulheres que já atuam há muito tempo, tem mais facilidade de acompanhar, mas essas que são a primeira viagem, estão apenas começando. Quando a gente traduz na língua o que está acontecendo, o que está sendo dito, elas têm uma resposta muito positiva. (YAWALAPITI, 2019)

Ana Terra Yawalapiti faz um chamamento ao movimento das mulheres indígenas, afirmando a importância em ter esse tempo alongado para as traduções em formatos de conversa mais próximas às comunidades. Esse cuidado em conduzir os debates deve se manter como uma atenção no movimento indígena das mulheres. Reflexões que agregam e somam ao movimento.

Sobre o lema da Marcha – Território: nosso corpo, nosso espírito –, em seu discurso na sessão solene da Câmara dos Deputados, na tarde do dia 13 de agosto, ao findá-la, a parlamentar Joênia Wapichana pediu atenção para a mãe Terra, cuidado e solidariedade para com ela, assim como reverenciamos nossas mães, mulheres que dão vida e solidariedade. Em entrevista no Salão Verde, em 8/10/2019, no corre-corre, entre uma votação e outra, Joênia acrescentou:

A gente [os/as indígenas] não se separa da terra. O indígena desde quando ele nasce, ele tem uma conexão especial com a terra. O tema já diz isso, Território: nosso corpo, nosso espírito. O território que é o ponto central dos direitos. É a relação com que, a partir da terra, provê o necessário para sobreviver. Então, se você destrói; contamina; degrada, com mercúrio, com invasões, com venenos de agrotóxicos, você tá ferindo a sua alma, o seu corpo. Então, se tá fazendo tudo isso com a terra, tá matando os indígenas. A frase é muito forte, ela representa o verdadeiro sentimento do indígena em relação à mãe terra. Esse valor indígena que vem sendo passado de gerações a gerações, que muitas vezes as pessoas não entendem como é importante manter isso. (CARVALHO, 2019)

No mesmo sentido, Célia Xacriabá evoca que o território é como um útero que une os 305 povos indígenas do Brasil. O território é a primeira morada coletiva e espiritual. É o lugar que une os povos numa casa comum:

[...] nós mulheres indígenas, anunciamos que não existe outro lugar da discussão da política pública sem pensar o território. Nós temos dito que quando se tenta negociar uma educação diferenciada, quando se tenta negociar o direito a uma saúde diferenciada nessa tentativa genocida da

municipalização da saúde indígena, estão tentando negociar os nossos direitos, mas, quando tentam arrancar e amputar o direito ao território, estão tentando negociar as nossas vidas. (COLETIVA DE IMPRENSA / MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS JORNALISTAS LIVRES, 2019)

A repercussão da Marcha nas mídias foi vista como positiva pelas entrevistadas. Joênia Wapichana confirma que há vários vídeos muito “legais” e interessantes circulando nas redes sociais, visibilizando as demandas das mulheres indígenas. Muitas mulheres foram entrevistadas e suas demandas precisam ecoar:

As mulheres indígenas estão trazendo suas demandas, estão dizendo que é para parar as violências com os povos indígenas. Acho que teve muito espaço em nível internacional. Eu vi várias matérias. Eu acho que foi muito interessante. (CARVALHO, 2019)

A Marcha representou de fato um lugar de memória e a fortaleza das mulheres indígenas e se mostrou como um dos principais movimentos sociais que questionam e mantêm a crítica, elemento essencial à democracia. Essas mulheres falam por si mesmas, indicando certa pluralidade política e capacidade de incidência e, ao mesmo tempo, falam por muitos outros coletivos que vivenciam, em tempos políticos atuais, a violência de um Estado de exceção. As mulheres indígenas têm rompido com o lugar ao qual foram discursivamente posicionadas e se colocado para além do espaço diminuto que lhes foi reservado na grande mídia. Se valeram das redes sociais – *facebook*, *twitter*, canais de *youtube*, *blogs* em domínios livres, para levantar demandas e reivindicações; compartilhar informações; promover diálogos. Uma forma de resistir. Nesses espaços, livres e autônomos, de comunicação interativa, as mulheres publicam conteúdos e influenciam pessoas a tomadas de decisões que, até então, eram privilégios de alguns grupos hegemônicos capitalizados (SILVA, 2018).

Fazendo uso de suas imagens, valendo-se de uma autorrepresentação como analisa Noronha (2017), pode-se afirmar que, na Marcha das Mulheres Indígenas, essas, mediante fotografias e formatos audiovisuais, privilegiaram a comunicação entre elas e a sociedade, buscando produzir discursos e narrativas sobre si mesmas (e/ou sobre o seu

grupo) a partir de dentro. A autorrepresentação possui uma característica contra-hegemônica, no sentido de apontar para a pluralidade, questionando estereótipos e discursos que visam homogeneizar as mulheres indígenas. A possibilidade de maior acesso aos meios tecnológicos, responsáveis pela captação de imagens, e de divulgação, através da *Internet*, fornece às mulheres indígenas a oportunidade de produzir discursos e narrativas sobre elas mesmas (NORONHA, 2017).

O 1º Fórum das Mulheres Indígenas, realizado em agosto de 2019, que contou com a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas, encerrou-se com um documento final, o qual apresenta pontos comuns, que tocam os territórios e corpos dessas mulheres. São esses os temas reivindicados: garantia de seus territórios ancestrais; fim do avanço de atividades exploradoras sobre seus territórios; garantia do direito à saúde e respeito à ciência indígena; fim de interpretações retrógradas da Constituição Federal e dos direitos indígenas; que o poder judiciário assegure os direitos indígenas; aumento da representatividade das mulheres indígenas nos espaços políticos; fim da discriminação étnica, conjuntamente com a de gênero, nos espaços de decisões; garantia de uma alimentação saudável; direito à educação diferenciada; garantia do fomento de políticas públicas para os povos indígenas; garantia de uma legislação específica que combata a violência contra a mulher indígena, culturalmente orientada à realidade dos povos indígenas; promoção do empoderamento das mulheres indígenas por meio de informação, formação e sensibilização sobre os direitos indígenas; fortalecimento do movimento indígenas, levando em conta o discussão de gênero e intergeracional; luta contra o racismo.

Considerações finais

A experiência da Marcha, como uma poética do movimento que segue do colonial ao decolonial, pode ser entendida como a “base material-corporal que sustenta um

conhecimento experimentado da natureza (corpo) ou da biografia (vida)” (RICHARD, 1996, p. 734). Uma experiência do corpo político, das mulheres indígenas, nos termos de Fassin (2003), que conta uma história das desigualdades e da memória da luta.

Após a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas, percebe-se que foi um evento histórico pelas seguintes razões: i) visibilidade ao protagonismo das mulheres indígenas; ii) denúncia contra as políticas genocidas do governo federal, especialmente aquelas que dizem respeito à demarcação de terras indígenas, à municipalização ou privatização do atendimento à saúde indígena e à educação indígena; iii) visibilidade ao combate à violência doméstica e ao racismo institucional; iv) fortalecimento do movimento das mulheres indígenas em nível local, regional e nacional; v) união entre mulheres indígenas e não indígenas, no intuito de construir uma luta conjunta; vi) troca de experiências entre mulheres indígenas de diferentes biomas do território nacional. E, ponto importante, as mulheres indígenas tomaram a cena do grande movimento social crítico das políticas estatais, tão salutares para a construção de uma democracia.

Ao longo de cinco dias, as mulheres de diferentes lugares do país clamaram por autonomia, emancipação, acesso equitativo às políticas públicas indigenistas, participação na tomada de decisões em questões que lhes digam respeito, tanto do ponto de vista individual como coletivo. Elas reivindicaram o reconhecimento que aceite e valorize a diferença. Ainda que o cenário atual seja de avanço de uma política neoliberal, elas são protagonistas do movimento contrário a tal modelo estatal tão perigoso para democracias como a brasileira, frágeis diante das estruturas de desigualdade que fazem o Estado. A visibilização das experiências das mulheres, no processo de corporificação dos feminismos contemporâneos, parece ser uma estratégia relevante para, mais uma vez, politizar aquilo que tem sido ininteligível ou descartado pela racionalidade política tradicional (MARTINS, 2018, p. 243). Elas, hoje, são grandes impulsionadoras dos movimentos sociais, pautando agendas para outros movimentos.

Nesse sentido, Ana Paula Martins (2018, p. 240), em estudo sobre marchas de mulheres no período 2014-2018, diz que essas representam, ainda que em diferentes perspectivas, ações de insurreição e de insubordinação a modelos de atuação política que demonstram sua insuficiência histórica quanto às demandas das mulheres. Há duas

frentes de crítica realizada pelas marchas. A primeira delas, que chama de agregadora, realiza manifestações de grande vulto, com a presença de diversas organizações da sociedade civil e conta com o apoio de instituições públicas, como partidos, sindicatos e governos. A segunda pode ser denominada autonomista, pois, embora utilize estratégias de articulação com diferentes grupos, prescinde de apoio institucional e, com isso, acentua a crítica às formas tradicionais de representação e exercício do poder. Conclui que as marchas são responsáveis pela produção de novos sentidos para o feminismo, pluralizando o feminino, pela atualização de pautas históricas do movimento feminista em um dado contexto sociopolítico, pela diversidade da participação de mulheres, pela sensibilização de um volume expressivo de meninas e jovens e pela presença abundante do tema na mídia e na opinião pública.

Lasmar (1999) ressalta a importância da visibilidade mobilizada pelas mulheres indígenas como uma forma de evitar os estereótipos a elas atribuídos. Na Marcha das mulheres indígenas, esse processo estava ativo como um dínamo. Para Lasmar (1999, p. 3), “a invisibilidade das indígenas é fruto da invisibilidade dos povos indígenas, mas pesa mais às mulheres devido ao seu gênero”.

Essa representação social hegemônica tem sido enfrentada, demonstrando que as mulheres sempre exerceram papel político. Elas vêm re-construindo suas identidades, que subvertem a ordem posta: assumem o papel de líderes para defenderem e lutarem por direitos para seus povos. Lutam para que políticas públicas sejam implementadas (saúde e educação diferenciadas); reivindicam a demarcação de seus territórios, as leis que as defendam da violência física; enfim, que lhes sejam devolvidos o respeito e a dignidade, além do lugar que lhes foi usurpado desde a colonização na sociedade brasileira. As mulheres indígenas têm unido suas vozes às diversas organizações indígenas e têm construído um discurso por meio das suas demandas de gênero, contra, especialmente, o modelo econômico capitalista e as políticas neoliberais que o acompanham, que se sustentam na retirada de direitos e nas ações que acirram as desigualdades sociais. Essas mulheres produzem uma crítica decolonial e a Marcha foi o momento da fissura, quando corpos decoloniais apresentaram-se potencialmente com sua agenda e demandas. Tal fissura se alarga com a contínua participação dessas

mulheres indígenas e cria espaços de transformação. A frágil democracia brasileira agradece a presença ativa dessas mulheres indígenas em seus mais diferentes espaços de atuação.

Referências

ANZALDUA, Gloria. La conciencia de la mestiza: rumbo a uma nova consciência. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 704-719, dez. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000300015&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 mar. 2021.

ANZALDUA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revistas Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-236, 1. sem. 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880>. Acesso em: 15 mar. 2021.

AURORA, Braulina. [Entrevista concedida a] Mariana Wiecko V. de Castilho. **1ª Marcha das Mulheres Indígenas**, Brasília, DF, nov. 2019.

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. **Protagonismo indígena no Brasil: movimento, Cidadania e Direitos (1970-2009)**. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

BONIN, Iara Tatiana; KIRCHOF, Edgar Roberto; RIPOLL, Daniela. Disputas pela representação do corpo indígena no Twitter. **Revista Brasileira Estudos Presença**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 219-246, abr./jun. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbep/v8n2/2237-2660-rbep-8-02-219.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2019.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CALCAGNO, Luiz. Indígenas e estudantes se unem em protesto contra medidas do governo: faixas com dizeres contra Bolsonaro, pela liberdade do ex-presidente Lula e com manifestações contra a reforma da Previdência se espalham pela Esplanada. **Correio Braziliense**, [Brasília], 13 ago. 2019. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/08/13/interna-brasil,776930/indigenas-e-estudantes-se-unem-em-protesto-contramedidas-do-governo.shtml>. Acesso em: 01 set. 2019.

Corpo político e crítica decolonial: a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas
 Mariana Wiecko Volkmer de Castilho, Sílvia Guimarães

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARVALHO, Joênia Batista de. [Entrevista concedida a] Mariana Wiecko V. de Castilho. **1ª Marcha das Mulheres Indígenas**, Brasília/DF, 08 out. 2019.

CERIONI, Clara. Veja fotos da 1ª marcha de mulheres indígenas, em protesto contra governo: com o lema "Território: nosso corpo, nosso espírito", manifestantes saíram em defesa da Amazônia e da demarcação de terras. **Revista Exame**, [São Paulo], 13 ago. 2019. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/fotos-em-1a-marcha-mulheres-indigenas-protestam-contr-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 01 set. 2019.

COLETIVA DE IMPRENSA / MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS JORNALISTAS LIVRES. [S.l.: s.n.], 2019. 1 vídeo (27 min). Publicado pelo canal Jornalistas Livres. Disponível em: <https://youtu.be/Jdtjvr9WQ3Q>. Acesso em: 01 out. 2019.

COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. **História em Revista**, Pelotas, v. 10, 2004, Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/11605/7457>. Acesso em: 18 mar. 2021.

COLORADO, Fernando Navarro. Desoccidentalizar el lenguaje periodístico. In: FORMAS-OTRAS: saber, nombrar, narrar, hacer. Barcelona: CIDOB, 2011. p. 55-65. Disponível em https://www.cidob.org/en/media2/publicacions/monografias/iv_training_seminar/navarro. Acesso em: 01 nov. 2019.

COMISIÓN DE MUJER Y FAMILIA. Encuentro parlamentarias indígenas. Parlamentarias indígenas firman alianza internacional a favor de los derechos de mujeres y comunidades originarias. **Congreso de la Republica**, Lima, jun. 2019. Disponível em: <http://www.congreso.gob.pe/comisiones2018/Mujer/EncuentroPar/>. Acesso em: 01 nov. 2019.

FASSIN, Didier. Governar por los cuerpos, políticas de reconocimiento hacia los pobres y los inmigrantes en Francia. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, n. 17, p. 49-78, 2003.

GOHN, Maria da Glória. Características e especificidades dos movimentos latino-americanos. In: TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo: Anpocs, p. 223-244, 1984.

Corpo político e crítica decolonial: a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas
Mariana Wiecko Volkmer de Castilho, Sílvia Guimarães

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 15 mar. 2021.

IBGE. **Censo 2010**. [Rio de Janeiro]: IBGE, 2010. Disponível em: ibge.com.br. Acesso em: 01 nov. 2019.

JULIÃO, Cris. [Entrevista concedida a] Mariana Wiecko V. de Castilho. **1ª Marcha das Mulheres Indígenas**, Brasília/DF, out. 2019.

KAXUYANA, Nayra Paye Pereira [Entrevista concedida a] Mariana Wiecko V. de Castilho. **1ª Marcha das Mulheres Indígenas**, Brasília/DF, nov. 2019.

LASMAR, Cristiane. Mulheres indígenas: representações. **Revista Estudos Feministas**, [Florianópolis], v. 7, n. 1-2, 1999. Dossiê Mulheres Indígenas. Número Duplo. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11989>. Acesso em: 01 out. 2019.

LIMA, Juliana D. de. O que querem os movimentos de mulheres indígenas no Brasil: Marcha realizada em agosto de 2019 em Brasília reflete protagonismo que elas têm assumido na defesa dos direitos dos povos originários e o crescimento das pautas de gênero. **Nexo Jornal**, [São Paulo], 14 ago. 2019. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/08/14/O-que-querem-os-movimentos-de-mulheres-ind%C3%ADgenas-no-Brasil>. Acesso em: 01 set. 2019.

LOBO, Patrícia Alves de Carvalho. Chicanas em busca de território: A herança de Gloria Anzaldúa. Tese (Doutorado em Estudos de Literatura e de Cultura [Estudos Americanos]) – Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/19953>. Acesso em: 28 de abril de 2021.

LOPÉZ, Laura Cecília. O Corpo colonial e as políticas e poéticas da diáspora para compreender as mobilizações afro-latino-americano. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 43, p. 301-330, jan./jun. 2015.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: LACED: Museu Nacional, 2006. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cfc/livrocolegao.pdf>. Acesso em: nov. 2019.

LUCIANO, Gersem dos Santos. A conquista da cidadania indígena e o fantasma da tutela no Brasil contemporâneo. In: RAMOS, Alcida Rita (org.). **Constituições nacionais e povos indígenas**. Belo Horizonte: UFMG, 2012. p. 206-228.

MARTINS, Ana Paula Antunes. **Corporificação e visões de mundo da política feminista e de mulheres na contemporaneidade**: diálogos, imagens e discursos sobre marchas de mulheres (2012 – 2017). 2018. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

MATOS, Maria Helena Ortolan. Mulheres no movimento indígena: do espaço de complementariedade ao lugar da especificidade. In: SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Márcia Maria (org.). **Gênero e povos indígenas**. Brasília: Museu do Índio: GIZ: FUNAI, 2012.

MILANO, Leonardo. Vem aí a Primeira Marcha das Mulheres Indígenas. **Jornalistas Livres, Brasília**, p. 1, 09 jul. 2019. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/vem-ai-a-primeira-marcha-das-mulheres-indigenas/>

NORONHA, Danielle Parfentieff de. Eu mesmo me represento!: a autorrepresentação em imagens na pesquisa sobre juventudes. **Revista Comunicare**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 36-51, 2017. Disponível em: <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2017/06/Artigo-2.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2019.

OLIVEIRA, João P. de. Regime tutelar e globalização: um exercício de sociogênese dos atuais movimentos indígenas no Brasil. In: OLIVEIRA, João P. de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios**: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contracapa, 2016. p. 265-288.

PRIMEIRA Marcha das Mulheres Indígenas: em defesa dos territórios e da educação. **Portal Catarinas**, Florianópolis, 14 ago. 2019. Disponível em: <https://catarinas.info/1a-marcha-das-mulheres-indigenas-em-defesa-dos-territorios-e-da-educacao/>. Acesso em: 01 set. 2019.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgar (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005, p. 107-130. (Perspectivas latino-americanas).

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** 1. ed. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2017. (Coleção Feminismos Plurais).

Corpo político e crítica decolonial: a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas
Mariana Wiecko Volkmer de Castilho, Sílvia Guimarães

RICHARD, Nelly. Feminismo, experiencia y representación. **Revista Iberoamericana**, Pittsburgh, v. 62, n. 176-177, p. 733-744, Jul./Dic. 1996. Disponível em: <https://revista-iberoamericana.pitt.edu/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/6256>. Acesso em: 01 out. 2019.

SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Marcia Maria. **Gêneros e povos indígenas**: coletânea de textos produzidos para o “Fazendo gênero 9” e para a “27ª Reunião brasileira de Antropologia”. Rio de Janeiro: Museu do índio: GIZ: FUNAI, 2012.

SACCHI, Ângela. **União, luta, liberdade e resistência**: as organizações de mulheres indígenas da Amazônia brasileira. 2006. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

SAMPAIO, Paula Faustino. Silêncios e palavras na rede de significados sobre as mulheres indígenas no Brasil. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015. Florianópolis. 2015. **Anais [...]**. Florianópolis: [s.n.], 2015. p. 1-12.

SEGATO, Rita. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos CES**, [s. l.], v. 18, p. 106-131, 2012. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439861881_ARQUIVO_Silenciosepala_vrasmulheresindigenas.pdf. Acesso em: 01 nov. 2019.

SILVA, Flávia Campos. Mulheres Indígenas e os espaços midiáticos: uma reflexão sobre silenciamento, memória e resistência. **Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso**, [s. l.], v. 18, n. 2, p. 23-41, 2018. ISSN-e 2447-9543. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6747441>. Acesso em: 01 nov. 2018.

TATEMOTO, Rafael. Em Brasília, ato contra cortes na educação se soma à Marcha das Mulheres Indígenas: manifestação ocupou Esplanada dos Ministérios na manhã desta terça (13), em que mais de 150 cidades se mobilizam. **Brasil de Fato**, Brasília, 13 ago. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/08/13/em-brasilia-ato-contracortes-na-educacao-se-soma-a-marcha-de-mulheres-indigenas/>. Acesso em: 01 setembro de 2019.

TAUREPANG, Telma [Entrevista cedida a] Mídia Ninja, Brasília/DF. **Mulheres em luta**: as principais pautas da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas, 08 ago. 2019. Disponível em: <https://cimi.org.br/2019/08/mulheres-em-luta-as-principais-pautas-da-1a-marcha-das-mulheres-indigenas/>. Acesso em: 01 nov. 2019.

VERON, Valdelice. **Tekombo’e Kunhakoty**: modo de viver da mulher Kaiowá. 2018. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

Corpo político e crítica decolonial: a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas
Mariana Wiecko Volkmer de Castilho, Sílvia Guimarães

YAWALAPITI, Ana Terra. [Entrevista concedida a] Mariana Wiecko V. de Castilho. 1ª
Marcha das Mulheres Indígenas, Brasília/DF, set. 2019.

ZAREMBA, Júlia. Em 1ª marcha, mulheres indígenas protestam contra governo Bolsonaro: O mote é 'Território: nosso corpo, nosso espírito'; Governo autorizou presença da Força Nacional. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 ago. 2019. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/em-1a-marcha-mulheres-indigenas-protestam-contr-governo-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 01 set. 2019.

Recebido em: 02/12/2020

Aprovado em: 19/04/2021

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED

PerCursos

Volume 22 - Número 48 - Ano 2021

revistapercursos@gmail.com